



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

17 de agosto de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>17</i> / 08 / 2017	Página <i>01</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

GOLPE NO FISCO

Quadrilha deixa rombo de R\$ 23 milhões no estado

Operação desenvolvida em conjunto pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor) e Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) resultou na prisão de três dos líderes da organização criminosa alvo da Operação Paraíso Fiscal. O esquema fraudulento causou um prejuízo de R\$ 23.235.361,00 ao estado do Maranhão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 17 / 08 / 2017	Página 04	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Organização fraudava documentos

Foram presos ontem três dos líderes da organização criminosa, alvo da Operação Paraíso Fiscal

Operação desenvolvida em conjunto pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaecoc), Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor) e Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) resultou, nessa quarta-feira, 16, na prisão de três dos líderes da organização criminosa alvo da Operação Paraíso Fiscal.

Paulo Henrique Costa Carrijo, Missias Francelino da Silva e Wemerson Miguel da Silva foram presos, na manhã desta quarta-feira, em Goiânia-GO, e transferidos para São Luís pelos delegados Roberto Wagner Leite Fortes (superintendente da Seccor), Ricardo Luiz de Moura e Silva e Luiz Augusto Aloise de Macedo Mendes (2º Departamento de Combate à Corrupção – 2º Deccor).

Outros três mandados de pri-

ção de líderes da organização criminosa continuam em aberto. Todas as prisões preventivas foram determinadas pelo juiz Ronaldo Maciel, titular da 1ª Vara Criminal Privativa para Processamento e Julgamento dos Crimes de Organização Criminosa da Comarca da Ilha de São Luís, com base em pedido conjunto do Ministério Público e Polícia Civil do Estado do Maranhão.

Assinaram a representação os promotores de justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, Marcos Valentim Pinheiro Paixão e Klycia Luiza Castro de Menezes, além dos delegados da Seccor e 2º Deccor.

Em 25 de maio, uma primeira etapa da Operação Paraíso Fiscal havia efetuado a prisão de Nilton Carrijo Gomes e Thaisa Vieira de Moura, além da apreensão de documentos, dois computadores, uma arma e telefones celulares.

Fraudes

Segundo o Ministério Público do Maranhão e o 2º Deccor, empresas de fachada foram registradas no Maranhão, Pará, Piauí e Bahia e, mediante a emissão de notas fiscais eletrônicas falsas, simularam a venda de grandes quantidades de soja para a Agropecuária MCD LTDA, registrada no Maranhão e supostamente localizada em São João do Paraíso.

A organização criminosa inseria declarações dos valores devidos do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas notas fiscais falsas com o objetivo de gerar créditos tributários falsos em favor da Agropecuária MCD LTDA.

Em seguida, a empresa vendia grãos de milho a empresas de outros estados e com os créditos tributários sorregava o pagamento dos impostos. A Receita Estadual do Maranhão detectou, entre março de 2014 e novembro de 2016, 626 operações de simulação de compra de soja com as firmas de fachada, totalizando R\$ 176.711.498,00. A Agropecuária MCD realizou 11.561 operações interestaduais de venda de milho no valor de R\$ 212.935.854,00.

O Gaecoc aponta que o esquema fraudulento causou um prejuízo de R\$ 23.235.361,00 ao estado do Maranhão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	/ 08 / 2017	Página
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Nova fase da 'Operação Paraíso Fiscal'

POLÍCIA PRENDE MAIS 3 ENVOLVIDOS EM ESQUEMA QUE FRAUDOU R\$ 23 MILHÕES EM IMPOSTOS NO MA

PÁG. 1 [C2]



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
(X) Pequeno	() Correio de Notícias	(X) Outros <i>Caderno 2</i>
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA <i>17/08 / 2017</i>	Página <i>01</i>	(X) Gerada () Espontânea (X) Positiva () Negativa

Nova fase da 'Operação Paraíso Fiscal'

Polícia prende mais 3 envolvidos em esquema que fraudou R\$ 23 milhões em impostos no MA

Paulo Henrique Costa Carrijo, Missias Francelino da Silva e Wemerson Miguel da Silva foram presos em Goiânia

OSWALDO VIVIANI

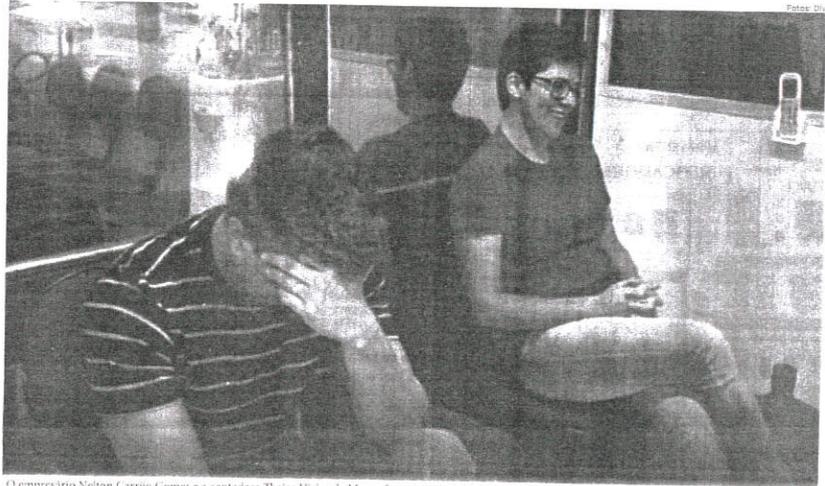
Mais três pessoas foram presas preventivamente ontem (16) em Goiânia (GO), em uma nova fase da "Operação Paraíso Fiscal", que desbaratou um esquema criminoso interestadual que em dois anos de atuação desviou mais de R\$ 24 milhões em impostos no Maranhão. Paulo Henrique Costa Carrijo, Missias Francelino da Silva e Wemerson Miguel da Silva foram presos, na manhã de sexta, na capital goiana, em uma ação conjunta do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaecr-MA), Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Sucecr-MA) e Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão (Sefaz).

O trio seria travado ontem próximo aos São Luis, pelos delegados Roberto Wagner L. que Freitas (superintendente da Sucecr), Ricardo Luiz de Moura e Silva e Luiz Augusto Almeida de Macedo Mendes (2º Departamento de Combate à Corrupção - 2º Decorr). Outros três mandados de prisão de indivíduos da organização criminosa continham em aberto.

Em 25 de maio, uma primeira etapa da "Paraíso Fiscal" já havia eliminado as prisões do empresário Nelson Carrijo Gomes e da contadora Thaisa Vieira de Moura, além da apreensão de documentos, dois computadores, uma soma e telefones e celulares.

Nelson é sócio de pelo menos 10 empresas em 7 estados (Goiás, Maranhão, Piauí, Bahia e Rio Grande do Norte) e Thaisa aparece como dona de dois escritórios de contabilidade em Aparecida de Goiânia (a 20 km da capital de Goiás).

Paulo Henrique Costa Carrijo, preso ontem, aparece como proprietário de ao menos 4 empresas em Goiás, Palisa I registra (Aparecida de Goiânia), Galo Representação (Aparecida de Goiânia), MNDI Patrimônios (Aparecida de Goiânia) e V&B Patrimônios (Goiânia).



O empresário Nelson Carrijo Gomes e a contadora Thaisa Vieira de Moura foram presos na primeira etapa da 'Paraíso Fiscal'

FRAUDES

Segundo o Ministério Público do Maranhão e o 2º Distrito Empresarial de fazenda foram registradas no Maranhão, Pará, Bahia e Piauí e, mediante a emissão de notas fiscais eletrônicas falsas, simulavam a venda de grandes quantidades de soja para a Agropecuária MCD Ltda, registrada no Maranhão e supostamente localizada em São João do Paraíso.

A investigação criminosa usava de laçadas dos valores devidos do IPI, MS (Imposto sobre a Produção de Mercadorias e Serviços) nas notas fiscais falsas com o objetivo de gerar créditos tributários falsos em favor da Agropecuária MCD.

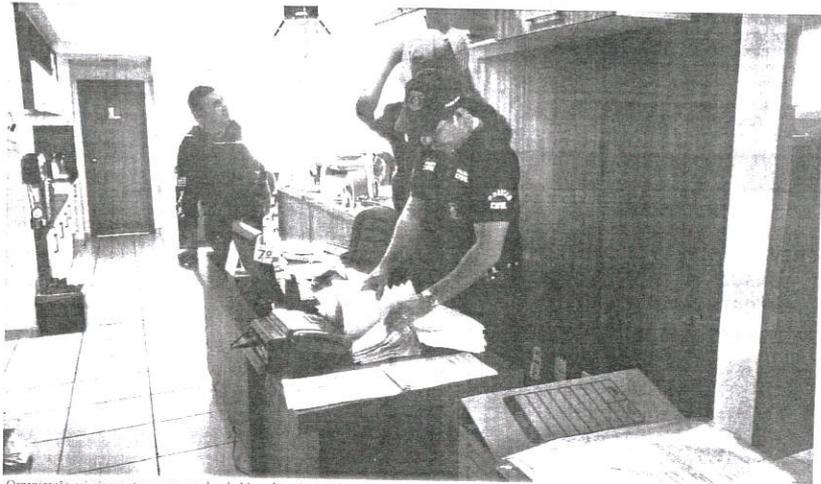
Em seguida, a empresa vendia grãos de milho a empresas de outros estados e com os créditos tributários entregava o pagamento dos impostos.

A Receita Estadual do Maranhão detectou, entre maio de 2014 e novembro de 2016, um total de 828 operações de simulação de compra de soja com as firmas de laçada, totalizando R\$ 476.711.490,00. A Agropecuária MCD realizou 11.563 operações interestaduais de venda de milho, no valor de R\$ 21.945.824,00.

O Gaecr apontou que o esquema fraudulento causou um prejuízo de R\$ 23.231.361,00 ao Estado do Maranhão.

As três prisões preventivas feitas ontem foram determinadas pelo juiz Rosildo Masciel, titular da 1ª Vara Criminal Privativa para Processamento e Julgamento dos Crimes de Organização Criminososa da Comarca da Ilha de São Luis, com base em pedido conjunto do Ministério Público e Polícia Civil do Estado do Maranhão.

Assamaram a representação os promotores de Justiça Marco Aurelio Credidio Rodrigues, Marcos Valentim Pinheiro Daivão e Kleyza Luiza Castro de Menezes, além dos delegados da Sucecr e 2º Decorr.



Organização criminosa atuava nos estados do Maranhão, Pará, Bahia e Piauí



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>17</i> / 08 / 2017	Página <i>01</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Aluguel na gestão Dino vira escândalo nacional

Caso revelado em primeira mão por **O Estado**, no último fim de semana, foi abordado pela TV Globo e provocou repercussão no Legislativo estadual. POLÍTICA 3



VEÍCULO		EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros			
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias				
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder				
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog				
DATA 17 / 08 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

Escândalo do aluguel de clínica é destaque no Bom Dia Brasil

Caso revelado em primeira mão por O Estado foi abordado pela TV Globo, com duros comentários dos jornalistas, e provocou repercussão na AL



Ana Paula e Chico Pinheiro criticaram duramente o governo Flavio Dino

RONALDO BOEHA
Da coluna de Opinião

O escândalo dos gastos do governo Flavio Dino (PCdoB) com aluguel e reforma da antiga Clínica Fátima, no Iguaraçu, mas que ainda não foi disponibilizada para atendimento a pacientes, foi destaque no programa Bom Dia Brasil, da TV Globo, e provocou forte repercussão na legislatura estadual.

A reportagem mostrou detalhes do contrato de aluguel da imóvel, que já custou cerca de R\$ 1 milhão aos cofres públicos no período de um ano. O caso foi abordado por O Estado, em primeira mão, no fim de semana.

Após divulgação de R\$ 9 milhões mensais, o governo tentou a reforma da clínica no valor de R\$ 90 milhões. Foi o gesto mais visível, uma clínica especializada em atendimento em pediatria, cardiologia e ortopedia. De acordo com o Diário, a reforma não foi concluída, nem com o pagamento totalizado e a clínica jamais foi inaugurada.

ADRIANO REPUBICA
Da coluna de Opinião



O deputado estadual Adriano Sarney (PV) repudiou as críticas do governador Flavio Dino (PCdoB) e da base governista à imprensa, após abordagem jornalística do escândalo na Saúde. Ele lembrou que, graças à transição democrática, com a Constituição de 1988, conduzida pelo ex-presidente José Sarney, a imprensa atua de forma livre e independente no país. "Criticar aqui a imprensa é seguir o padrão ditador do governo comunista", disse.

Dino e aliados nas redes sociais.

Dino tentou culpar o grupo parlamentar por escândalo na Saúde, alegando que a reportagem tratava-se de uma manipulação política contra a sua gestão. Já alguns aliados do governador tentaram evasivamente responsabilizar a imprensa e o Bom Dia Brasil, sem supostamente ter gerado uma única palavra.

Após divulgação pelo Governador Maranhão das críticas e denúncias da reportagem, relatou Chico Pinheiro em seu perfil no Twitter.

OPINIÃO

Amadorismo e má-fé

Impressão, em todo e por todo, a total incapacidade do Governador Flavio Dino em reconhecer os seus malfeitos.

Este contrato de locação, entretanto, com a Clínica Fátima e, em realidade, um atentado contra os princípios que devem reger a Administração Pública, previstos no artigo 17 da Constituição Federal.

Além, já, como antes, não, tanto o governador do Estado, quanto o secretário de Saúde, têm o dever de combater e reverter as irregularidades e inconstitucionalidades que comprometam a existência do próprio Estado e de suas instituições.

A inoperância administrativa, pelas razões expostas a seguir, também manifestada, seja em razão do fato de que, em, como já dito, em razão das diversas irregularidades constitucionais, notadamente o da nulidade, inoperância e ineficiência.

De, não, há lugar, inconstitucionalmente, a qualquer jamais se poderia admitir que um contrato de locação e dispensa de licitação, isso é, uma outra história, após a ordem, não, poderia, jamais, ser firmado entre um ente público e um particular, quando este particular tem uma filha que é beneficiária de auxílio da saúde por meio do qual se dá a prestação de assistência.

Assim, o contrato de aluguel com a Clínica Fátima também é um contrato inconstitucional, ilegal, nulo e, portanto, igualmente.

Quanto ao contrato, é a desobediência ao que é previsto na Constituição e sua consequente nulidade, não, há lugar a qualquer outra interpretação ou interpretação que não seja a correta.

Não, há, portanto, nenhuma razão para que se possa alegar que a experiência na livre iniciativa que vigorou no prazo de um ano, não, há, portanto, lugar a qualquer outra interpretação ou interpretação que não seja a correta.

Assim, no caso o Estado do Maranhão, de fato, não, há, portanto, lugar a qualquer outra interpretação ou interpretação que não seja a correta.

Maranhão, de fato, não, há, portanto, lugar a qualquer outra interpretação ou interpretação que não seja a correta.

Além, já, como antes, não, tanto o governador do Estado, quanto o secretário de Saúde, têm o dever de combater e reverter as irregularidades e inconstitucionalidades que comprometam a existência do próprio Estado e de suas instituições.

A inoperância administrativa, pelas razões expostas a seguir, também manifestada, seja em razão do fato de que, em, como já dito, em razão das diversas irregularidades constitucionais, notadamente o da nulidade, inoperância e ineficiência.

De, não, há lugar, inconstitucionalmente, a qualquer jamais se poderia admitir que um contrato de locação e dispensa de licitação, isso é, uma outra história, após a ordem, não, poderia, jamais, ser firmado entre um ente público e um particular, quando este particular tem uma filha que é beneficiária de auxílio da saúde por meio do qual se dá a prestação de assistência.

Assim, o contrato de aluguel com a Clínica Fátima também é um contrato inconstitucional, ilegal, nulo e, portanto, igualmente.

Quanto ao contrato, é a desobediência ao que é previsto na Constituição e sua consequente nulidade, não, há lugar a qualquer outra interpretação ou interpretação que não seja a correta.

Não, há, portanto, nenhuma razão para que se possa alegar que a experiência na livre iniciativa que vigorou no prazo de um ano, não, há, portanto, lugar a qualquer outra interpretação ou interpretação que não seja a correta.

Assim, no caso o Estado do Maranhão, de fato, não, há, portanto, lugar a qualquer outra interpretação ou interpretação que não seja a correta.

Base governista tenta minimizar escândalo

Vice-presidente da Assembleia conduziu resposta, seguida por colegas da bancada dinista na Casa



Deputados governistas não conseguiram deter o Palácio dos Leões

A base governista da Assembleia Legislativa tentou amenizar o escândalo do aluguel de clínica do governador Flavio Dino (PCdoB), após reportagem nacionalizada em primeira mão por O Estado do Maranhão.

Os deputados afirmaram que, legalmente, não, há, portanto, lugar a qualquer outra interpretação ou interpretação que não seja a correta.

Em paralelo, o governador Flavio Dino (PCdoB) também tentou amenizar o escândalo, alegando que a reportagem tratava-se de uma manipulação política contra a sua gestão.

Após divulgação pelo Governador Maranhão das críticas e denúncias da reportagem, relatou Chico Pinheiro em seu perfil no Twitter.

SAIBA MAIS

Nota do Governo sobre o caso

A Secretaria de Estado da Saúde informa que: 1 - está trabalhando para a inauguração do Hospital de Traumatologia e Ortopedia (HTO) do Maranhão, o que representa a duplicação do número de leitos ortopédicos oferecidos pela rede estadual na capital, suprimindo demanda histórica nessa especialidade. 2 - o Hospital será entregue para a população neste semestre. 3 - o aluguel de uma estrutura já existente representou uma solução mais barata e mais rápida que a construção de um imóvel novo. 4 - o valor da reforma será descontado do aluguel, conforme expressa previsão do artigo 35 da lei nº 8.245/91.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>17/08/2017</i>	Página <i>03</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

ESTADO MAIOR

Novas mentiras

Para tentar explicar o gasto de quase R\$ 1 milhão na reforma de um imóvel particular e que deveria ter sido alugado pronto para funcionamento, segundo o contrato, o secretário de Saúde, Carlos Lula disse, em nota à TV Mirante, que os valores pagos pela obra seriam descontados do aluguel.

O secretário é desmentido pelo contrato assinado por ele próprio. No documento, a cláusula 8, item 8.2 deixa claro que nenhum valor pago por melhorias será indenizado pelo locador. Ou seja, o governo Flávio Dino (PCdoB) vai perder todo o dinheiro gasto na reforma do prédio em que paga aluguel de R\$ 90 mil há mais de um ano.

O mais grave é que o governo já prorrogou o contrato até 2019. Até lá, tendo ou não o atendimento de ortopedia, o povo maranhense vai pagar a conta camarada. Pior: todo esse gasto é feito no exato momento em que o próprio Flávio Dino declara não haver "um único centavo na conta" do Estado.

Muito mais do que simples mentira, as declarações de Dino e do seu auxiliar Carlos Lula apontam para crimes de responsabilidade e improbidade.

O primeiro por deixar que pague milhões por um prédio sem funcionamento, mesmo sabendo que o estado "não tem um centavo em conta". O segundo, por pagar por um prédio que, segundo, o contrato, deveria estar pronto para funcionamento.

Muito mais do que uma simples mentira, as declarações de Dino e do seu auxiliar

Tapa na cara

O caso da clínica paga por Flávio Dino sem funcionar repercutiu ontem no programa Bom dia Brasil, da Rede Globo.

A matéria, construída pelo jornalista Alex Barbosa, mostrou as contradições do contrato, que beneficia familiares de uma das assessoras da própria Secretaria de Saúde.

Impagável o comentário final de Chico Pinheiro: "Esperava-se que as mudanças no Maranhão levassem a alguma novidade. Pelo visto, tá difícil".

Arrogância

Sem mais argumentos para justificar o "aluguel camarada" da Clínica Eldorado, Flávio Dino e seus aliados passaram a requestrar histórias antigas contra adversários.

A reação é sintomática da acusação de golpe do escândalo, que já ganhou repercussão nacional.

O mais grave na postura dos comunistas é a arrogância de não reconhecer o erro do contrato desvantajoso para o Maranhão.

Dois escândalos

O escândalo da "clínica camarada" ofuscou outros dois escândalos gerados no governo comunista de Flávio Dino.

O primeiro deles é a revelação de que São Luís, hoje, não trata nenhum percentual do esgoto jogado nas praias.

O outro é a revelação de que, três anos depois da gestão comunista, o Maranhão "não tem um centavo na conta", como afirmou o próprio governador.

Três estados

O prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (PMDB), conseguiu convencer o ministro da Saúde, Ricardo Barros, a articular um novo montante de recursos para o município.

Ao lado do senador Edison Lobão (PMDB), Ramos provou que, apesar de ter cerca de 250 mil habitantes, Imperatriz atende mais de 700 mil pessoas, de três estados diferentes.

Barros garantiu que vai rever os repasses à rede municipal de Saúde, que beneficia regiões do Maranhão, do Pará e do Tocantins.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 17/08/2017	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Oposição vai cobrar de Dino explicações sobre situação fiscal do MA

Adriano Sarney e Andrea Murad protocolaram requerimentos solicitando informações após governador dizer que "não tem um centavo na conta"

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

Membros da bancada de oposição na Assembleia Legislativa, os deputados Adriano Sarney (PV) e Andrea Murad (PMDB) anunciaram ontem medidas para conseguir do Governo do Maranhão explicações e dados concretos a respeito das recentes declarações do governador Flávio Dino (PCdoB) sobre a situação fiscal do Estado.

Durante evento em Caxias, no fim de semana, o comunista afirmou que o governo "não tem um centavo na conta" e disse que acredita em provisão divina para conseguir honrar compromissos assumidos pelo Executivo.

"Eu estou entrando com um requerimento de informação ao governo para saber por que ele falou que o Estado está falido e o que é que isso quer dizer. Porque isso preocupa não só a nós políticos, aos prefeitos, aos deputados, mas toda a população", destacou Adriano Sarney.

Segundo ele, os questionamentos a serem encaminhados ao governador são de interesse não apenas da oposição, mas de todos os cidadãos maranhenses.

"Aquele pessoa que ontem viu na televisão que o Estado está falido quer saber se no dia de amanhã ela terá um hospital para ir, se terá medicamento, se terá estrutura, se terá policiamento na rua. O governador tem que ser mais responsável e saber o que ele está falando, porque um governador de Estado que diz que o Estado está falido quer dizer que no dia de amanhã pode faltar polícia na rua", completou.



Andrea Murad e Adriano Sarney criticaram declarações de Flávio Dino sobre situação fiscal do Maranhão

Convocação

Já a deputada Andrea Murad protocolou requerimento pedindo a convocação da secretária de Estado do Planejamento e Orçamento, Cynthia Mota, ao plenário da Assembleia Legislativa, para que ela

ceitas e despesas realizadas até o junho de 2017 e o planejado da receita e despesa para o segundo semestre de 2017", diz o documento.

A peemedebista também justifica seu pedido pelas recentes de-

o dinheiro?". Eu digo: 'Deus proverá, fica tranquila'. A gente não tem realmente sobre de recursos", disse o governador.

Para Andrea Murad, a presença da secretária é imprescindível para explicar as condições em que se encontram as contas do Estado que, desde o início, a deputada vem alertando para o rombo no orçamento.

"Fato recentemente confirmado pelo próprio governador Flávio Dino ao dizer que não tem um centavo na conta. Isso é grave. Ainda mais quando lembramos do que ele vinha alegando, de que as contas estavam em dia e eu alertando esta Casa para o problema no orçamento do Estado. Enquanto isso, Flávio Dino aumentava impostos e contraía mais empréstimos. Então, precisamos estar a par sobre o detalhamento das

Andrea Murad quer audiência com secretários

dê explicações sobre a real situação financeira do Maranhão.

"Com o propósito de informar a atual situação econômica do Estado, o incremento da receita referente ao aumento do ICMS, os recursos disponibilizados pelo BNDES no ano 2017, apresentar as

Adriano quer entender porque o estado está falido

declarações do governador Flávio Dino durante sua passagem por Caxias.

"Na verdade, a gente, hoje, não tem um centavo na conta. O que a gente tem é muita fé. O meu slogan lá para a secretária de Planejamento é 'Deus proverá'. Quando ela pergunta: 'Governador, de onde vai sair



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>17/08/2017</i>	Página <i>06</i>		

Poção de Pedras Ex-prefeito é condenado por contratação irregular de servidores

Contratação de servidores públicos para exercerem cargos de provimento efetivo contra expressa previsão legal. Esse foi o motivo de nova condenação imposta ao ex-prefeito de Poção de Pedras João Batista Santos. A sentença de improbidade administrativa tem a assinatura do juiz Bernardo de Melo Freire, titular de Poção de Pedras. Para o magistrado, foi suprimida a regra

da aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, infringindo a norma insculpida no artigo 37, inciso II e §2º da Constituição Federal. Para o Ministério Público, o requerido teria praticado ato de improbidade administrativa tipificado no artigo 11, incisos I e V, da Lei de Improbidade Administrativa, tendo violado os princípios da isonomia,

legalidade e impessoalidade. Além disso, teria praticado, também, ato previsto no artigo 10 da mesma lei, uma vez que haveria prejuízo ao erário perenente ao pagamento de saldo de salários e complementação da remuneração das horas trabalhadas face ao salário-mínimo, bem como aos depósitos relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Quando notificado, o Município de Poção de Pedras alegou que as contratações sem o devido concurso público foram motivadas por extrema necessidade em diversas áreas, a fim de que não cessassem as atividades do município. Além disso, os serviços teriam sido efetivamente prestados, os quais não acarretariam em prejuízo aos recursos públicos pedindo, assim, pela improcedência do pedido do Ministério Público. Para o magistrado, o Ministério Público não comprovou os gastos operados pelo Município de Poção de Pedras com verbas trabalhistas e pagamento do FGTS teriam superado os valores que seriam dispendidos com o pagamento de salários e demais valores que compõem o vencimento dos servidores concursados que ocupam os mesmos cargos. "Ante o exposto, na forma do artigo 487, I do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na Inicial, nos termos do art. 12, III, da Lei nº 8.429/92 e art. 37, §4º, da CF, para impor ao réu João Batista Santos as seguintes sanções: pagar multa civil no valor equivalente a cinco vezes a remuneração percebida pelo agente, quando da prática dos atos, atualizado monetariamente, devendo o montante ser apurado em liquidação de sentença; Suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três anos". O ex-gestor está, ainda, proibido de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 03 (três) anos, contados do trânsito em julgado desta decisão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Papa</i>	
DATA <i>17</i> / 08 / 2017	Página <i>01</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Peculato e lavagem de dinheiro

DEPUTADO STÊNIO É CONDENADO A MAIS DE 10 ANOS DE PRISÃO E TEM DIREITOS POLÍTICOS SUSPENSOS

*Parlamentar é acusado
de fraudar IR de
servidoras e de se
apropriar de dinheiro
de funcionários*

O deputado Stênio Rezende (DEM) foi condenado, nessa quarta-feira (16), a penas que chegam a 10 anos e seis meses de prisão, durante julgamento realizado pela 2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. De acordo com informações do TRF, o parlamentar maranhense é acusado, dentre outros, por crimes de corrupção, peculato, lavagem de dinheiro e uso de documento falso, todos em continuidade delitiva; e falsidade ideológica, por pelo menos duas vezes.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 17 / 08 / 2017	Página 03		

Stênio Rezende é condenado por peculato e lavagem de dinheiro

A Segunda Seção do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região condenou, na tarde de ontem (16), o deputado estadual Stênio Rezende (DEM) pelos crimes de peculato e lavagem de dinheiro. Por peculato, o deputado foi condenado a 4 anos e 6 meses, e por lavagem, a 4 anos. O parlamentar teve, ainda, os direitos políticos suspensos por 8 anos, além do pagamento de multa.

O Ministério Público Federal (MPF) também havia acusado o parlamentar por corrupção, uso de documento falso e falsidade ideológica, mas só foram aceitos pela Justiça Federal os crimes de peculato e lavagem de dinheiro. O processo, que corre em segredo de Justiça, foi colocado para ser julgado no último dia 2, mas o julgamento foi adiado para hoje (16).

De acordo com o MPF, o deputado teria

AGÊNCIA ASSEMBLEIA



O deputado Stênio Rezende é alvo de denúncia formulada pelo Ministério Público Federal

inserido dados falsos na declaração de ajuste anual do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de duas servidoras comissionadas da Assembleia Legislativa do Maranhão (Maria Raimunda Melo França e Ana Carolina Urucu Rego Fernandes), então lotadas em seu gabinete, sem o conhecimento ou anuência destas. Ele também é acusado de se apropriar e desviar, dolosamente, salários de outros funcionários lotados em seu gabinete. Outras duas pessoas (Wander Luiz e Silva Carvalho e Socorro de Maria Martins Macedo), então nomeadas pelo democrata em seu gabinete, para auxiliá-lo no suposto esquema criminoso, também são réus no processo, estando enquadradas nos mesmos tipos de crimes de que é acusado Rezende. A juíza federal Rogéria Maria Castro Debelli foi a relatora do caso no TRF-1.

(OSWALDO VIVIANI E O INFORMANTE)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 17/08/2017	Página 02		

Stênio tem direitos políticos suspensos

Parlamentar foi condenado por corrupção por falsificar imposto de servidora do gabinete



Fotos/Divulgação

Aliado de Flávio Dino, Rezende não poderá mais se candidatar à reeleição

O deputado estadual Stênio Rezende (DEM) foi condenado ontem pela Segunda Seção do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região à perda

dos direitos políticos por oito anos, mais o pagamento de multa.

O parlamentar respondia a um processo pelos crimes de peculato,

corrupção, lavagem de dinheiro, uso de documento falso e falsidade ideológica.

Rezende foi acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de inserir dados falsos na declaração de Imposto de Renda de uma servidora da Assembleia Legislativa do Maranhão lotada em seu gabinete.

A acusação aponta, ainda, que ele feria-se apropriado e desviado salários de funcionários nomeados no mesmo gabinete.

"Segundo a denúncia, num primeiro momento os falsos servidores [...] eram nomeados sem que nem eles próprios soubessem e, por procurações supostamente outorgadas por eles, com assinaturas falsas, WANDER LUIZ e SOCORRO DE MARIA movimentaram contas bancárias, nas quais os respectivos vencimentos eram depositados. [...] Num outro caso, o crime foi praticado de maneira que o servidor Ronnes Kley

Arruda era realmente contratado na Assembleia Legislativa, desempenhando atividade laborativa, sem, no entanto, ter acesso aos contracheques, recebendo seus vencimentos em espécie, no total de R\$ 450,00 mensais, quando, na verdade, o valor deveria ser de R\$ 12.980,80, ficando os denunciados com o restante", relatou, ainda em 2010, o desembargador Tourinho Neto.

Suplente

A suspensão dos direitos políticos do deputado estadual Senio Rezende pode abrir vaga na Assembleia Legislativa para Camilo Figueiredo, que disputou a eleição de 2014 pelo PR, legenda que estava na coligação "Pra Frente Maranhão 2" (PMDB / DEM / PTB / PV / PT do B / PSC / PRIB / PR).

Stênio está hoje no Democratas, mas elegeu-se pelo PRIB. Por isso sua vaga - em caso de efetiva cassação - fica com a mesma coligação. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <input checked="" type="checkbox"/> 08 / 2017	Página <input checked="" type="checkbox"/> 05		

BR-135

Duplicação mantida para novembro

PAULO DE TARSO JR.

"O cronograma de duplicação está mantido para novembro". A afirmação é do deputado federal e coordenador da bancada maranhense no Congresso Nacional, Rubens Junior (PCdoB), ao se referir sobre o andamento das obras do trecho 1 (vai de Estiva a Bacabeira) da BR-135. A declaração do parlamentar foi concedida após reunião com o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) no Maranhão, Gerardo de Freitas Fernandes.

O superintendente do Dnit esteve em Brasília, onde participou de uma audiência no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. O objetivo do encontro foi resolver as últimas pendências para a continuidade das obras. O último "impasse técnico" envolvendo a BR-135 era o tipo de asfalto que seria usado para melhorar as condições do trecho 1 da rodovia.

"O Ministério autorizou, ainda



O Ministério autorizou, ainda que tenha um aumento de custo, e isso não irá afetar em nada o prazo de execução da obra

Gerardo Fernandes, superintendente do Dnit

que tenha um aumento de custo, e isso não irá afetar em nada o prazo de execução da obra", declarou Gerardo Fernandes.

Esta primeira parte da obra de duplicação da BR-135 se tornou motivo de muita reclamação. Tudo porque houve um atraso na conclusão dos trabalhos. Em junho deste ano, em entrevista ao jornal *O Imparcial*, deputados da bancada federal do Maranhão chegaram a cogitar acionar o Tribunal de Contas da União (TCU) para tentar acelerar as obras do primeiro trecho da BR-135. O Dnit alegou que o atraso aconteceu

em decorrência das chuvas que atingiram a região.

Trechos 2 e 3

Com o fim do impasse e a retomada das obras do trecho 1 da BR-135, a bancada federal agora se mostra empenhada para a execução das obras dos trechos 2 e 3 da rodovia. Em junho, foi garantido o valor de R\$ 82,5 milhões para estes intervalos que compreendem Bacabeira e Miranda do Norte.

Ainda com relação aos trechos 2 e 3, ontem foi realizada

uma reunião com o secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão, Marcelo Coelho. O objetivo do encontro foi avançar nas tratativas do licenciamento ambiental, que garantirá as obras dos dois trechos.

BR-010 (Imperatriz)

O deputado Rubens Junior disse, ainda, ter sido informado de mais uma liberação para a Travessia Urbana de Imperatriz. "Serão liberados R\$ 2 milhões e a garantia de mais R\$ 12 milhões", ressaltou Rubens. Segundo o parlamentar, o Dnit pediu auxílio da bancada maranhense para auxiliar no descondicionamento dos recursos destinados à manutenção das rodovias federais no Maranhão. "Além das duplicações, precisamos garantir a manutenção das estradas já prontas. A bancada irá atuar neste sentido, garantindo mais recursos para esses trechos", finalizou o coordenador da bancada.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	17 / 08 / 2017	Página	03

MPF/MA consegue condenação de ex-prefeito de Presidente Vargas

José Bezerra Frazão teria deixado de identificar a aplicação de mais de R\$ 485 mil em recursos destinados à educação

A partir de ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA), a Justiça Federal condenou José Bezerra Frazão, ex-prefeito do município de Presidente Vargas, pela não prestação de contas em prazo legal dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do

Magistério (Fundef).

Segundo o MPF, no exercício da gestão em 1998, José Bezerra causou dano ao erário e deixou de prestar contas sobre a verba de R\$ 485.592,47, repassada pelo Fundef, o que impossibilitou também a comprovação de gastos mínimos com pagamento da remuneração dos docentes do ensino fundamental, conforme rege legislação do Fundo.

De acordo com o juiz federal da 5ª Vara, "a conduta de lesão aos cofres públicos é válida, por si só, para aplicação de sanções, sendo desnecessária a comprovação de enriquecimento ilícito".

Dessa forma, o ex-prefeito de Presidente Vargas foi condenado a ressarcir integralmente o dano causado e pagar multa civil ao Fundef. Além disso, a Justiça Federal suspendeu

os direitos políticos de José Bezerra pelo prazo de cinco anos e o proibiu de contratar com o poder público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo mesmo período.

O número do processo para consulta na JF/MA é 0008107-50.2005.4.01.3700.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 17 / 08 / 2017	Página 01	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Começa instalação de câmeras para fiscalização eletrônica em SL

Equipamentos vão permitir o monitoramento dos principais corredores de trânsito da capital maranhense; no total, 32 câmeras são instaladas, e a primeira via a receber foi a Avenida Daniel de La Touche; fotossensores também estão sendo instalados

A instalação das câmeras que permitirão o monitoramento dos principais corredores de trânsito de São Luís começou na tarde de ontem, 16. No total, 32 câmeras serão instaladas, e a primeira via a receber os equipamentos cuja fixação cabe à empresa goiana SigVias Instalações e Construções LTDA foi a Avenida Daniel de La Touche, na Cohama.

Até o momento, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) não informou a data em que os equipamentos estarão em funcionamento. Em nota encaminhada a O Estado no dia 4 deste mês, a pasta informou que os equipamentos estariam ativos em até 30 dias, após aferição por técnicos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). A informação foi confirmada por técnicos da empresa SigVias, que trabalhavam na tarde de ontem na



De Jessé

Avenida Daniel de La Touche.

A partir de hoje, de acordo com o cronograma de ações da SigVias, a Avenida Colares Moreira deverá ser a segunda via a receber as novas câmeras que monitorarão o trânsito na cidade. Além da Avenida Daniel de La Touche, outras vias da cidade com grande fluxo de veículos deverão receber os fotossensores, como as avenidas dos Holandeses, Jerônimo de Albuquerque e dos Africanos.

De acordo com o titular da SMTT, Canindé Barros, o valor total do contrato assinado entre a pasta e o Consórcio LV (que será responsável pelo gerenciamento do tráfego de São Luís, incluindo os equipamentos da SigVias) é de R\$ 15.124.884,83. A instalação da primeira parte do suporte físico da fiscalização eletrônica do trânsito da capital maranhense começou em agosto deste ano, após rompimento do contrato existente entre a antiga empresa.

SAIBA MAIS

Os antigos equipamentos de controle de velocidade de veículos foram retirados em abril deste ano por iniciativa da Arco Sinal (então empresa gestora), que alegou à época falta de pagamento por parte do Município. Em entrevista por telefone na ocasião a O Estado, o secretário Canindé Barros confirmou o débito, mas ressaltou que estava em negociação com a empresa para sanar a despesa. Após a retirada da Arco Sinal, o Município (por meio da Central de Licitações), abriu certame para a seleção da nova empresa. Em junho deste ano foi assinado contrato entre a Prefeitura e o Consórcio LV.

Ainda segundo a SMTT, além dos equipamentos eletrônicos, será montada uma espécie de central de controle de operações que permitirá o acompanhamento das imagens, captadas pelas câmeras, em tempo real e durante 24 horas. O objetivo é acompanhar também quais os pontos da cidade em que há dificuldade no fluxo diário de veículos. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 17/08/2017	Página 01	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Patrimônio preservado?

Cerca de 3.000 imóveis estão tombados pelo patrimônio histórico estadual e 1.400, pelo Iphan. Parte desse sítio foi declarada Patrimônio Mundial em 1997, por seu conjunto arquitetônico colonial português adaptado ao clima do local

PATRIMÔNIO CULTURAL

Este ano São Luís completa 26 anos desde que recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. Com mais de 4 mil imóveis tombados em uma área que compreende 220 hectares de extensão em São Luís, o Centro Histórico, principal cartão postal de São Luís e roteiro tradicional de quem visita e mora na cidade, merece o olhar mais atento do poder público. No Dia Nacional do Patrimônio, lembramos o título da cidade e como está a preservação do acervo tombado.

Constante alvo de depredação e vandalismo, e com prédios e casarões abandonados, ou mesmo com obras que estão paradas ou concluídas a passos lentos, o sítio histórico está incluso no PAC das Cidades Históricas, onde serão requalificados espaços como a Rua Grande, Largo do Carmo, Praça da Dondora e restaurados prédios como o Museu da Gastronomia, na Rua de Nazaré, por exemplo. Ao todo, são 44 ações previstas, que contemplam igrejas, torres, estações ferroviárias, monumentos e imóveis.

Em recente reunião com a presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Kátia Bogéa, o Ministério do Turismo declarou que vai ajudar o Iphan a garantir recursos para o PAC. A previsão é que o programa tenha, para este ano, um orçamento da ordem de R\$ 256 milhões.

Atualmente, o Brasil tem 26 sítios considerados patrimônios mundiais da humanidade, pela Unesco. Criado em 2013, o PAC das Cidades Históricas contempla 44 cidades de 26 estados. O investimento da ordem de R\$ 1,4 bilhão é destinado a 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos.

Em São Luís foi destinado um total de R\$ 134 milhões, além de recursos oriundos de outros programas federais, para reformas dos casarões.

O Museu de Gastronomia, por exemplo, que fica na esquina da Rua de Nazaré com a Rua da Estrela, está com as obras paradas. Tudo depende de um novo processo licitatório, pois a empresa que tinha o aval para obra inicialmente, entrou em falência. A obra foi anunciada em julho pela Prefeitura de São Luís com custo previsto para R\$ 8,37 mil, oriundo do Programa de Turismo do Brasil, do Ministério do Turismo, ainda no governo Lula, e da prefeitura de São Luís. Tentamos encontrar com o Iphan MA, mas até o fechamento desta reportagem não obtivemos respostas às nossas solicitações.



O Museu de Gastronomia está com as obras paradas. Depende de uma nova licitação, pois a empresa que tinha o aval para obra abriu falência

DESTAQUE

Entre as edificações históricas a serem destacadas do conjunto do Centro Histórico, em contraponto ao Palácio dos Leões, estão o governo estadual, o Palácio de São Luís, o Palácio Episcopal, o Convento das Carmo, o Convento das Marias, a Casa das Tulhas, as igrejas de São João e do Desterro, a Casa das Minas, as Feitorias das Pedras, o Teatro Artur Azevedo e muitos outros. O Iphan, além de proporcionar o acesso cultural e turístico, tem o objetivo de preservar o patrimônio mundial. O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tem 118 países inscritos, nesse lista, possui 480 sítios patrimônios culturais, 176 naturais e 22 mistos.



Em São Luís foi destinado um total de R\$ 134 milhões, além de recursos oriundos de outros programas federais, para reformas dos casarões



Os prédios estão feios, sujos, velhos. Se houvesse uma reforma boa, que realmente acontecesse, tudo ficaria mais bonito na nossa cidade. Poderia ser mais bonito. Mas isso é em todo o lugar, né? As obras começam e não terminam

Cristina Aparecida, estudante

1.400

Imóveis tombados pelo Iphan

"PODERIA SER MAIS BONITO"

Local preferido, até a restauração, o Centro Histórico ganha destaque pela beleza, mas reclamações pelo descaso com a gestão pública. A estudante Cristina Aparecida, que é a segunda vez que vem a cidade, mas nunca viu o sítio na melhor das condições. Ela diz que o Iphan não contratou empresa que tenha boas obras, mas a gestão pública não tem condições de pagar o preço. Ela diz que o Iphan não contratou empresa que tenha boas obras, mas a gestão pública não tem condições de pagar o preço.

44

ações previstas pelo PAC Cidades Históricas

TOMBAMENTO

O sítio histórico de São Luís foi tombado pelo Iphan em 1973 e reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial em 1997. Inclui cerca de quatro mil imóveis que permanecem em situação precária, e muitos sem proteção estadual e federal.

3.000

Imóveis tombados pelo patrimônio histórico estadual



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política (X) Cidades / Vida () Geral () Polícia
(X) O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	() Outros
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 17/08 / 2017	Página 02	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Intervenções na Jerônimo de Albuquerque

Edivaldo firma parceria com o Hospital São Domingos para intervenções na Jerônimo de Albuquerque, com implantação de nova sinalização

A Prefeitura de São Luís firmou, ontem, termo de cooperação técnica com o Hospital São Domingos para obras de reordenamento viário na Avenida Jerônimo de Albuquerque, com implantação de nova sinalização horizontal e vertical e mudança geométrica da via.

O acordo faz parte das ações de melhoria no trânsito da capital por meio de parceria com entidades geradoras de tráfego, conforme Lei 4.652, de 13 de março de 2002, e foi assinado pelo prefeito Edivaldo, pelo presidente do São Domingos, Hélio Mendes, e pelo secretário municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), Canindé Barros.

"Estamos firmando cooperação para mais uma intervenção fruto de parceria público-privada. Nesse eixo da Jerônimo de Albuquerque nós assinamos uma parceria com a Faculdade Pitágoras, que já está fazendo duas intervenções e, agora, com o Hospital São Domingos, em parceria com o objetivo claro de dar maior fluidez ao trânsito e mais conforto e segurança para a população", disse o prefeito Edivaldo.

O presidente do Hospital São Domingos destacou que a parceria tem um grande alcance social, uma vez que impacta de forma positiva na vida das pessoas que circulam diariamente pela via.

"O nosso intuito é cooperar com a cidade de São Luís. E eu diria até que os empresários da cidade devem olhar



Assinatura do acordo entre Edivaldo Jr. (prefeito), Hélio Mendes (São Domingos) e Canindé Barros (SMTT)

Nesse eixo da Jerônimo de Albuquerque nós assinamos uma parceria com a Faculdade Pitágoras, que já está fazendo duas intervenções e, agora, com o Hospital São Domingos, em parceria com o objetivo claro de dar maior fluidez ao trânsito e mais conforto e segurança para a população

Edivaldo Holanda Jr, prefeito de São Luís

por esse aspecto, não pensar que a cidade só tem que fazer por eles, mas que também façam alguma coisa pela cidade e não esperem só pelo poder público", disse Hélio Mendes, que estava acompanhado do

engenheiro Raimundo Nascimento Mendes.

Trecho da obra

A obra compreenderá o trecho que vai do elevado da Colô-

nia até a entrada do bairro Bequimão (Roque Santeiro). Com a intervenção serão criadas três pistas no sentido bairro-centro e três no sentido centro-bairro e a retirada dos semáforos da entrada do bairro Cantinho do Céu, próximo ao Atacadão, bem como a criação de alças de esquerda livres.

O secretário Canindé Barros explicou que a obra soma-se a outras que estão, ou que já foram concluídas ao longo desse corredor viário. "Nós já fizemos a Forquilha, estamos fazendo a da rotatória da Colômbia até a igreja, estamos fazendo uma melhoria na rotatória da Guajajaras que dá acesso à Lourenço Vieira da Silva. Nos pontos críticos da Avenida Guajajaras e Jerônimo de Albuquerque nós estamos intervenindo, atacando justamente nos pontos críticos", explicou o secretário.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 17 / 08 / 2017	Página 05	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Edivaldo firma parceria com o São Domingos para intervenções na Jerônimo de Albuquerque

Maurício Alexandre

A Prefeitura de São Luís firmou, nessa quarta-feira (16), termo de cooperação técnica com o Hospital São Domingos para obras de reordenamento viário na Avenida Jerônimo de Albuquerque, com implantação de nova sinalização horizontal e vertical, além de mudança geométrica da via. O acordo faz parte das ações de melhoria no trânsito da capital por meio de parceria com entidades geradoras de tráfego, conforme Lei 4.052, de 13 de março de 2002, e foi assinado pelo prefeito Edivaldo, pelo presidente do São Domingos, Hélio Mendes, e pelo secretário municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), Canindé Barros.



Termo de cooperação para intervenções na Avenida Jerônimo de Albuquerque foi assinado na tarde de ontem

“Estamos firmando cooperação para mais uma intervenção fruto de parceria público-privada. Nesse eixo da Jerônimo de Albuquerque nós assinamos uma parceria com a Faculdade Pitágoras, que já está fazendo duas intervenções e, agora, com o Hospital São Domingos, em parceria com o objetivo claro de dar maior fluidez ao trânsito e mais conforto e segurança para a população”, disse o prefeito Edivaldo.

Durante seu pronunciamento, o prefeito lembrou que ao longo dos últimos quatro anos e meio de gestão, a Prefeitura de São Luís tem trabalhado de forma efetiva no sentido de garantir mais mobilidade urbana. “Para isso, tem firmando importantes parcerias com o governo do Estado e com a iniciativa privada que têm trazido muitos benefícios à população”, frisou o prefeito.

Edivaldo citou como exemplo as

intervenções realizadas na Avenida Guajaras, próximo ao aeroporto e na Forquilha. “As intervenções têm mudado o traçado geométrico de várias vias e ajudando muito na melhoria da mobilidade urbana na capital”, completou o prefeito. O presidente do Hospital São Domingos destacou que a parceria tem um grande alcance social, uma vez que impacta de forma positiva na vida das pessoas que circulam diariamente pela via. “O nosso intuito é cooperar com a cidade de São Luís. E eu diria até que os empresários da cidade devem olhar por esse aspecto, não pensar que a cidade só tem que fazer por eles, mas que também façam alguma coisa pela cidade e não esperem só pelo poder público”, disse Hélio Mendes, que estava acompanhado do

engenheiro Raimundo Nascimento Mendes.

OBRA

A obra compreenderá o trecho que vai do elevador da Cohama até a entrada do bairro Bequimão (Roque Santeiro). Com a intervenção, serão criadas três pistas no sentido bairro-centro e três no sentido centro-bairro e a retirada dos semáforos da entrada do bairro Cantinho do Céu, próximo ao Atacadão, bem como a criação de alças de esquerda livres.

O secretário Canindé Barros observou que a obra vai melhorar o tráfego em pontos cruciais da via. “A realização dessa intervenção, indiscutivelmente, vai trazer uma melhor fluidez ao longo de todo esse corredor

de transporte, visto que este corredor corresponde a uma espinha dorsal do sistema viário da capital, que é a Guajaras e Jerônimo de Albuquerque”, disse o secretário.

Canindé Barros explicou que a obra soma-se a outras que estão, ou que já foram concluídas ao longo desse corredor viário. “Nós já fizemos a Forquilha, estamos fazendo a da rotatória da Cohab até a igreja, estamos fazendo uma melhoria na rotatória da Guajaras que dá acesso à Lourenço Vieira da Silva. Nos pontos críticos da Avenida Guajaras e Jerônimo de Albuquerque nós estamos intervindo, atacando justamente nos pontos críticos”, explicou o secretário.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 17 08 / 2017	Página 06	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

 PRESIDENTE DUTRA

Governo executa última etapa da reforma do Hospital Regional



Reforma no Hospital Regional de Urgência e Emergência de Presidente Dutra está na fase final

A reforma do Hospital Regional de Urgência e Emergência de Presidente Dutra, conhecido como Socorrão, está na fase final. O objetivo do Governo do Estado é continuar oferecendo à população da região atendimento com qualidade e conforto, agora, com enfermarias climatizadas; reforma dos banheiros e melhorias nas instalações elétricas e hidráulicas.

O hospital realiza, em média, cerca de 800 procedimentos cirúrgicos por mês, mais de 2 mil atendimentos em consultas médicas e mais de 20 mil exames no Serviço de Apoio Diagnóstico e Tratamento (SADT).

As secretarias de Estado da Saúde e de Infraestrutura realizam a revitalização da unidade. A reforma incluiu

a pintura de cerca de 12 mil m², recuperação de 3.400 m² de telhado e amadeiramento impermeabilização das lajes, recuperação de 1.600 m² de paredes e 1.500 m² de piso, revestimento cerâmico de banheiros e enfermarias, substituição das esquadrias, portas e janelas, e, ainda, melhorias das instalações elétricas e hidráulicas.

A secretária adjunta de Engenharia e Manutenção da SES, Thais Farias, explica as fases executadas da reforma. "Estamos pintando a parte externa, já fizemos as enfermarias e a construção de uma parte da recepção. Na parte interna, foi feita revisão do telhado e de toda a parte elétrica", afirmou.

Para a diretora geral

do Hospital Regional de Urgência e Emergência de Presidente Dutra, Daniela Jadão, a nova estrutura possibilitará um melhor atendimento à população. "Mais comodidade porque vamos atender com maiores condições. A reforma das enfermarias, por exemplo, foi completa. Elas foram climatizadas inclusive, e ainda recebemos novos colchões e poltronas. É mais conforto tanto para o paciente, quanto para o acompanhante", comentou a diretora.

Os pacientes, que já usufruem de áreas que passaram pela reforma, como as enfermarias, aprovam as melhorias. "Ficou muito bom e a gente percebe que deixou o hospital melhor. Agora tem ar condicionado, os banheiros

estão melhores. Então pra população foi muito bom", comentou Ledy de Anchieta Cabral, de 45 anos.

O Hospital Regional de Urgência e Emergência de Presidente Dutra recebe pacientes de 17 municípios do Estado, uma população estimada de mais de 250 mil pessoas. Com 100 leitos de internação, a unidade presta Serviço de Pronto Atendimento (SPA) em Clínica Médica, Clínica Pediátrica, Clínica Cirúrgica, Clínica Ortopédica, Endoscopia. Realiza internação hospitalar em Clínica Ortopédica, Clínica Cirúrgica Pediátrica, Clínica Médica. E ainda, Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT) em Análises Clínicas, Raios X, Ultrassonografia, e Tomografia Computadorizada.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 17 / 08 / 2017	Página 08	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPF/MA consegue condenação de ex-prefeito de Presidente Vargas

A partir de ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA), a Justiça Federal condenou José Bezerra Frazão, ex-prefeito do município de Presidente Vargas, pela não prestação de contas em prazo legal dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Segundo o MPF, no exercício da gestão em 1998, José Bezerra causou dano ao erário

e deixou de prestar contas sobre a verba de R\$ 485.592,47, repassada pelo Fundef, o que impossibilitou também a comprovação de gastos mínimos com pagamento da remuneração dos docentes do ensino fundamental, conforme rege legislação do Fundo.

De acordo com o juiz federal da 5ª Vara, "a conduta de lesão aos cofres públicos é válida, por si só, para aplicação de sanções, sendo desnecessária a comprovação de

enriquecimento ilícito".

Dessa forma, o ex-prefeito de Presidente Vargas foi condenado a ressarcir integralmente o dano causado e pagar multa civil ao Fundef. Além disso, a Justiça Federal suspendeu os direitos políticos de José Bezerra pelo prazo de cinco anos e o proibiu de contratar com o poder público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo mesmo período.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 17 / 08 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

'Vejam o absurdo', reage Dino sobre 'caso dos aluguéis'

O governador Flávio Dino reagiu ontem, pelas redes sociais, à denúncia da deputada Andrea Murad (PMDB), repercutida no jornal O Estado, da família Sarney.

A matéria diz que o governo tem um custo de quase R\$ 2 milhões com imóveis fechados, e cita o caso da Funac, de amplo conhecimento público, e o recente caso da Clínica Eldorado ("R\$ 990 mil que o Executivo já pagou antes mesmo do funcionamento").

"Vejam o absurdo", reagiu Flávio Dino nas redes sociais: "Queriam que fizéssemos reforma de um prédio sem antes alugar. Realmente espantoso". Completou o governador: "Na verdade, a TV de Sarney é contra a existência de um hospital de ortopedia. Por uma razão: ficaram décadas no poder e não fizeram. Quero que alguém me explique como podemos obrigar um particular a fazer uma reforma ou como podemos reformar um prédio sem antes alugar. Apesar desses absurdos ataques, vamos continuar a investir e ampliar serviços públicos. Mesmo que a ideologia dominante só queira 'cortes'. Prefiro ser agredido injustamente pela TV dos Sarney do que deixar a população sem o hospital de ortopedia. Ele funcionará em breve. Garanto". (COM O INFORMANTE)

Descontado do aluguel

Em nota, o governo maranhense informou que "o valor da reforma na Clínica Eldorado será descontado do aluguel, conforme expressa previsão do artigo 35 da Lei nº 8.245/91, que regula a locação de imóveis pela administração pública". Ora, se o dinheiro que está sendo investido vai ser abatido dos aluguéis a serem pagos pelo Estado, onde há imoralidade nessa situação?

Mais um factóide que o poder midiático do grupo Sarney 'plantou' em nível nacional. "O aluguel de uma estrutura

existente representou uma solução mais barata e mais rápida do que a construção de um novo imóvel", ressaltou a nota do governo.

Às favas o bom jornalismo

O 'outro lado' do governo maranhense foi ignorado no Bom Dia Brasil de ontem, que repercutiu o caso do aluguel da clínica.

Até o sempre atento e competente Chico Pinheiro caiu na esparrela da notícia plantada pela Mirante e criticou "a mudança que não houve" no governo Flávio Dino. A esgotosfera sarneysista na internet exultou...

Pesca predatória

O MPMA emitiu recomendação sobre a adoção de medidas contra a pesca predatória no município de São Bernardo. O documento foi encaminhado ao prefeito João Igor Vieira Carvalho (PMDB) e ao secretário municipal de Meio Ambiente, Bernardo Lima Júnior.

A Promotoria verificou que em vários povoados do município é praticada a pesca predatória com a utilização de redes de arrasto e a chamada "tapagem".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 17 / 08 / 2017	Página 05		

São José de Ribamar Prefeito visita bairros e acompanha obras que beneficiarão moradores

O prefeito de São José de Ribamar, Luis Fernando Silva, cumpriu extensa agenda na manhã dessa quarta-feira (16), visitando obras que estão sendo executadas no município para melhor atender às áreas de infraestrutura, setor pesqueiro e da mobilidade urbana. Acompanhado do secretário municipal de Obras, Habitação, Serviços Públicos e Urbanismo, Glauber Miranda, e do secretário municipal de Recuperação da Malha Viária, Hilário Ferreira, o gestor também aproveitou para acompanhar os estudos técnicos que estão sendo feitos para a construção do ancoradouro da Siribeira, localizado no bairro do Vieira.

De acordo com o prefeito Luis Fernando, o equipamento deverá beneficiar diretamente os pescadores da região. "Além das diversas frentes de trabalho que estão sendo realizadas nos bairros, também estamos desenvolvendo novas obras, a exemplo do Ancoradouro da Siribeira que vai colaborar com o dia a dia da atividade pesqueira", explicou o prefeito que também ouviu da

comunidade sugestões para o projeto.

Além das intervenções que estão sendo feitas na localidade, acompanhado do vereador Osvaldo Brandão (PMDB), o prefeito foi conferir de perto, na região da Campina, os serviços de pavimentação, limpeza de galerias e requalificação do Terminal de Ônibus do da Campina, que estava completamente abandonado. "É assim que administramos. Vamos até os bairros, que são mais de cem, e todos eles estavam completamente abandonados, mas vamos reconstruir todos eles e aqui na Campina, além da pavimentação, vamos também reconstruir a quadra esportiva em duas etapas, inclusive, com a colocação de arquibancada", detalhou.

A localidade da Campina também terá de volta o Terminal de Ônibus totalmente recuperado. O equipamento completamente destruído pela falta de serviços, agora deverá passar por reforma em toda a sua estrutura. A iniciativa foi



O prefeito Luis Fernando foi recepcionado pelos moradores das regiões que estão recebendo as obras

elogiada pelo pescador João de Fátima que segundo ele, há anos a comunidade esperava ansiosamente.

"Há muito tempo a gente esperava esse trabalho da Prefeitura. Os buracos sempre foram um tormento porque é um bairro muito movimentado, com caminhões e ônibus, daí o problema só aumentava e isso sem falar do Terminal de Ônibus. Agora com a conclusão dos serviços, vai melhorar muita coisa aqui no nosso bairro", disse. Luis Fernando concluiu a agenda da manhã dessa quarta-feira (16), reunindo com representantes dos moradores do Parque Jair. Durante o encontro, o prefeito elencou os serviços que já estão programados para atender a

solicitação da comunidade, entre eles, a volta da escola de ensino fundamental para atender os estudantes do bairro, a retomada da obra da Unidade Básica de Saúde, que foi abandonada na gestão passada e, provisoriamente, a implantação da unidade em local adequado para o funcionamento dos serviços, entre outras ações serviços que já foram realizados, como exemplo, a normalização do ensino no Liceu Ribamarense II, que estava com parte de sua dependência ocupada por organização criminosa. Outras ações, relacionadas à infraestrutura, estão programadas para iniciar nos próximos dias, algumas em parceria com o Governo do Estado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () Debate () Extra	() Atos e Fatos () A tarde () Correio de Notícias () O quarto poder () Internet / Blog	() Política (X) Cidades / Vida () Geral () Polícia
DATA 17/08 / 2017		() Outros
Página 04		() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

SANTA INÊS.....



Elnaldo Silva é acusado de outros crimes contra menores

Estuprou menina de apenas oito anos

Depois de receber denúncia por parte do Conselho Tutelar, a polícia de Santa Inês prendeu Elnaldo Silva, 26 anos, acusado de estupro de vulnerável, e que já se preparava para fugir da cidade. A vítima teria sido uma menina

de apenas oito anos de idade. A delegada Claudia Maciel de Almeida autou o acusado em flagrante e o mantém recolhido na carceragem da Delegacia de Polícia de Pindaré-Mirim, a disposição de Justiça.

PUNIÇÃO.....

Mais uma vítima de facção criminosa

Mais um vídeo foi divulgado e está rolando nas redes sociais mostrando que integrantes de facções criminosas, que atuam na Grande Ilha de São Luís, estão punindo pessoas que cometem roubos dentro das áreas que dominam.

O vídeo tem 18 segundos e não é possível saber qual a região que aconteceu a punição, pois as pessoas que tal vídeo não dizem qual a localidade, mas fazem apologia a uma organização criminosa bem conhecida. Bonda dos 40.

Em vários trechos, eles falam: "Essa aí é a punição para quem não acredita no Bonda". Em outro momento, um deles pede para a pessoa que foi punida mostrar a mão: "Boca a mão. Olhe mão como ficou, é o Bonda".

A pessoa punida não pôde ser identificada, mas é uma mulher, pois em vários momentos



É o tempo do vídeo divulgado



Uma mulher foi punida por algum tipo de crime com um tiro de espingarda na mão

pode-se ver os cabelos compridos e o vestião usado por ela. Na maioria das vezes, as punições são por conta de crimes não permitidos dentro das áreas de atuação das facções, como furtos, assaltos e delitos mais graves, como homicídios.

Em julho, a polícia apreendeu uma carta onde líderes do Bonda dos 40 revelavam as regras e punições da facção, pois eles estavam "romandindo" a região Itaqui-Bacanga.

SEM NOÇÃO.....

PM preso acusado de matar empresário

A Polícia Civil realizou operação em Imperatriz para dar cumprimento a mandado de prisão preventiva em defesa do cabô da Polícia Militar Wilson Castro, conhecido como "Nego Wilson", suspeito de haver matado o empresário Valdinel Pereira da Silva, no dia

27 de abril passado, próximo a Favela do Foz das Torres, de sua propriedade. Conta-se que a vítima já esteve preso sob suspeita de participação em assaltos a banco.

No dia do crime, Valdinel teria discutido com outros homens e, em seguida,

foi morto a tiros, que teriam sido disparados pelo cabô PM Wilson Castro. O delegado Eduardo Galvão, que comandou a operação, disse que as investigações têm continuidade, visto que teriam outros policiais envolvidos em crimes ocorridos no estado.



data de assassinato do empresário em Imperatriz



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	17/08/2017	Página	07

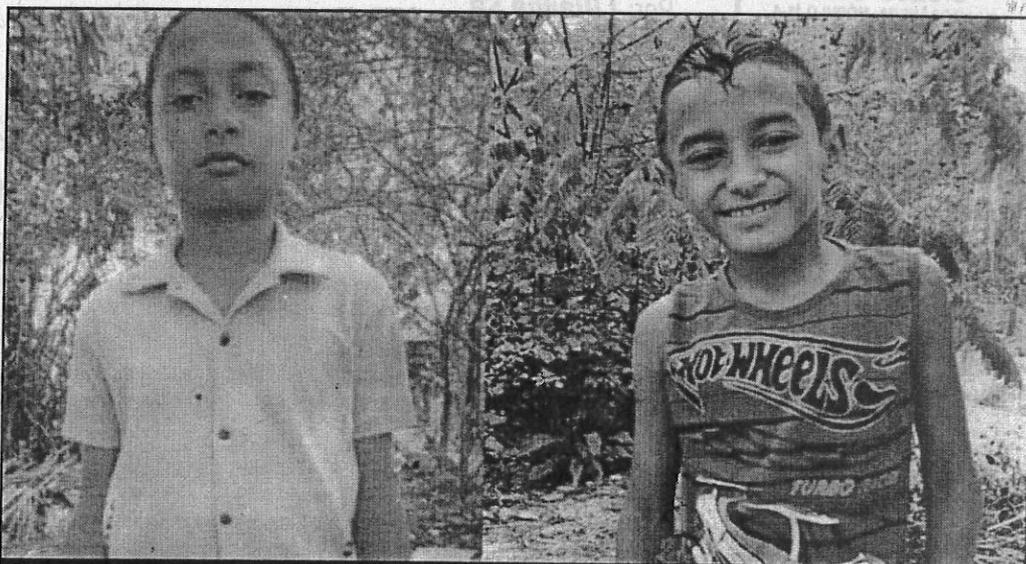
CASO DE BACABEIRA

Cena do crime de assassinato de crianças em Bacabeira será reconstituída

A reprodução simulada do caso das crianças assassinadas em Campo de Perizes no último dia 2 será realizada nesta quinta-feira (17), segundo o delegado titular da cidade de Bacabeira, Ednaldo Santos.

Nesta ação criminosa, Erisvan da Silva Costa, de 12 anos, e Roberto da Luz dos Santos, de 11 anos, foram assassinados de forma violenta e seus corpos encontrados dois dias depois enterrado em uma cova rasa como ainda foram baleados e sofreram golpes de facão Romário de Jesus da Luz Viegas, de 24 anos, e Euler da Silva Costa, de 15 anos.

Até o agora, já foram presos os acusados Antônio



Erisvan da Silva Costa e Roberto da Luz dos Santos foram encontrados em uma cova rasa, em Campo de Perizes

Carlos Machado, o Antônio Baixinho, de 79 anos, e Jose-

an Serra Rego, de 28 anos. Quatro dos envolvidos nessa

barbárie estão sendo procurados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 17 / 08 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Cabo da PM é preso por integrar quadrilha com atuação em três estados

NELSON MELO

O cabo Wilson Castro do Nascimento, de 35 anos, o "Wilsão", lotado no 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM), foi preso, na noite de terça-feira (15), no município de Imperatriz, sudoeste do Maranhão, por suspeita de integrar uma organização criminoso com atuação aqui, no Pará e Tocantins. Ele era procurado pelo assassinato de um empresário em abril deste ano.

Sobre o caso, o delegado regional de Imperatriz, Eduardo Galvão, comunicou que o militar foi capturado por uma equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), sob a coordenação da delegada Nilmar da Gama, que

investiga o movimento desta grande "rede" que abrange os três estados da federação. Em desfavor do cabo, explicou a fonte, havia um mandado de prisão preventiva decretado em virtude da morte de Valdinei Pereira da Silva, o "Ney da Padaria", executado a tiros em 24 de abril deste ano naquela cidade.

Galvão esclareceu que a vítima foi morta após um desentendimento entre os membros desta grande quadrilha, que, dentre outros crimes, pratica golpes em instituições financeiras no Maranhão, Pará e Tocantins, e também atua em assaltos a bancos na modalidade conhecida como "Novo Cangaço". Os criminosos interestaduais ainda cometem homicídios nas três regiões.



Wilson Castro foi preso por envolvimento na morte do empresário Valdinei

A MORTE DO EMPRESÁRIO

Nei foi executado em um acerto de contas por conta de desentendimento, pois parte do grupo teria achado que o empresário estaria "passando a perna" nos demais. Como os valores da contabilidade da organização criminoso não estavam "batendo", apuraram que o dono da padaria retirou dinheiro do cofre do bando, e, por este motivo, o assassinaram, no bairro

Conjunto Planalto, em Imperatriz. A mulher dele até se mudou da cidade pouco depois. Agora, a SHPP, com o apoio da Delegacia Regional de Imperatriz, está procurando os demais integrantes da quadrilha interestadual, que estão foragidos devido à existência de mandados de prisão. Esta organização é responsável por pelo menos 20 homicídios nos últimos meses nos três estados. O cabo da PM preso nesta operação já se encontra encarcerado no quartel do 3º BPM.

Dois assaltantes são presos quando se preparavam para 'saidinha bancária'

Uma "saidinha bancária" foi impedida, na manhã desta quarta-feira (16), no bairro do João Paulo, em São Luís, na porta do Banco Itaú. Policiais das superintendências Estadual de Investigação Criminal (Seic) e de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) prenderam em flagrante Carlos Augusto Reis Máximo Filho, de 36 anos, o "Gugu Branco", e Carlos André Rocha Veloso, 30, o "Gugu da Brasília". Carlos Augusto e Carlos André estavam ao lado da agência bancária, aguardando a vítima, que sairia do banco com uma grande quantidade de dinheiro, para atacá-la e levar a grana em uma motocicleta. Porém, como os policiais já os monitoravam, os dois foram abordados e flagrados com um revólver calibre 38, contendo cinco munições intactas, segundo o delegado Tiago Bardal, chefe da Seic. Para não chamar a atenção, um dos bandidos, inclusive, trajava um uniforme da Cemar.

Bardal revelou que "Gugu Branco" responde a processo judicial por tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo e roubo majorado, sendo condenado a 35 anos de prisão nesses delitos. Apesar das sentenças, o criminoso usufruía de liberdade condicional concedida pela 1ª Vara de Execuções Penais (VEP) desde junho deste ano. "Gugu da Brasília", por sua vez, fora condenado pelo Estatuto do Desarmamento, mas gozava de prisão domiciliar desde janeiro.



Dupla se preparava para cometer "saidinha bancária", quando foi abordada por investigadores

De acordo com o delegado Tiago, os suspeitos – que integram a facção Bonde dos 40 – foram autuados por associação criminoso e porte ilegal de arma de fogo.

NOTA DA CEMAR

Sobre a prisão de um assaltante que utilizava a farda de uma empresa fornecedora da Cemar em São Luís, na tarde desta quarta-feira (16), a Companhia informou, por meio de nota, que os envolvidos no caso não trabalham para a Cemar e que está acompanhando as ações das autoridades policiais no sentido de esclarecer o uso e a origem dessa farda. (NELSON MELO)

Homem é encontrado enforcado em vegetação no Alto do Turu

Em uma comunidade conhecida como Espaço Sideral, situada no Alto do Turu, em São José de Ribamar, encontraram, na manhã desta quarta-feira (16), o corpo de um homem pendurado em uma corda pelo pescoço. Identificado apenas como "Gilson", ele estava no meio de uma área de vegetação. Existe uma hipótese de ter sido colocado lá para simular um suicídio. "Gilson" foi achado por pessoas que ali residem em um sítio abandonado, em uma posição considerada estranha pela polícia pela forma como o corpo estava disposto. Por isso, há uma desconfiança de que o homem possa ter sido morto em outro local e levado para aquele matagal, onde o colocaram em situação de aparente suicídio por enforcamento. Moradores disseram aos policiais que a vítima cometia assaltos na região. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 17 / 08 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Número de apreensões de droga feitas pela Polícia Civil teve aumento de 72% em 2017

3.100 quilos de entorpecentes foram retirados de circulação neste ano pela Senarc, conforme dados atualizados do órgão

LUCIENE VIEIRA

Desde o início de 2017, a Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), segue fazendo apreensões de grandes quantidades de maconha, cocaína e crack destinados para a comercialização nos bairros de São Luís. Em relação ao mesmo período do ano passado, já teriam sido apreendidos 3.100 quilos de entorpecentes, um aumento de 72%. As informações foram passadas pelo titular da Senarc, o delegado Carlos Alessandro, na manhã dessa quarta-feira (16), durante a apresentação de José Igor Cardoso Diniz, de 23 anos, preso nas primeiras horas de ontem, com mais de 20 quilos de maconha. José Igor, também conhecido como "Caverna", seria um dos chefes da facção criminosa "Bonde dos 40", na capital maranhense. Ele foi flagrado em sua residência, na Travessa da Rua Nova, no bairro Ipase de Baixo, com 25 quilos de maconha, mais 500 gramas de cocaína, crack e maconha estilo skank. Com ele, foi localizado também um revólver calibre 357; somando, segundo Carlos Alessandro, a mais 46 armas de fogo apreendidas durante este ano.

Conforme o titular da Senarc, também em 2017, um total de 288 já pessoas foi capturado por estar ligada diretamente e indiretamente ao tráfico de drogas.

AJUDA DO WHATSAPP

A ação que resultou na localização de José Igor ocorreu por meio de denúncias anônimas, feitas pelo WhatsApp da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (99163-4899). O delegado Valdenor Viégas lembrou que "Caverna" seria o principal distribuidor de drogas na região do Ipase de Baixo e bairros adjacentes. Ele fez questão de recordar a prisão de um casal no último sábado (12), no São Francisco, com a apreensão de seis quilos de crack. "Faço questão de mencionar essas duas ocorrências mais recentes, para reforçar que a Polícia Civil está intensificando o combate à comercialização de substâncias ilícitas. E o trabalho tende a continuar", pontuou Valdenor Viégas. Mais detalhes sobre a prisão de José Igor, no entanto, foram passados pelo delegado Thiago Salgado, responsável pela área oeste da cidade, onde está situado o Ipase de Baixo. Conforme Salgado, as denúncias referente ao crime cometido por "Caverna" chegaram à Polícia em



José Igor foi flagrado com 25 quilos de maconha escondidos em sua casa, no Ipase de Baixo

algumas semanas, sendo que nos últimos dez dias teria sido feita a investigação até a captura do suspeito. Na casa de José Igor, os delegados da Senarc e suas equipes encontraram 25 quilos de maconha, meio quilo de crack, cocaína e maconha estilo skank, além do revólver. A ação teria sido deflagrada por volta das 6h de ontem; sendo que próximo das 10h, o criminoso foi autuado por tráfico de drogas e também por posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, crime pelo qual "Caverna" já teria sido condenado em 2015. Na operação, segundo o delegado, foi utilizado um cão farejador da polícia, no intuito de apreender todo o material entorpecente. Na

residência de José Igor, ainda conforme Salgado, por todos os ambientes do imóvel, isso inclui a cozinha, sala e quartos, tinha droga armazenada. "Na geladeira, em cima da cama, e até no quarto da filha do suspeito", frisou. Entre os materiais apreendidos estavam também três balanças de precisão, cerca de 17 celulares, apetrechos para embalar drogas, munições e R\$ 600 da venda dos entorpecentes. Segundo a Senarc, toda a droga encontrada na casa de José Igor estaria avaliada em R\$ 80 mil. O material apreendido seria encaminhado ainda ontem para a perícia. E "Caverna" levado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde ficará à disposição da Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 17 / 08 / 2017	Página 07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Polícia prende dupla especializada em “saidinha bancária”

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) e da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), prendeu em flagrante delito Carlos Augusto Reis Maximo Filho, conhecido como “Gugu Branco”, 36 anos, e Carlos André Rocha Veloso, conhecido como “Gugu da Brasília”, 30 anos.

Segundo a polícia, os homens pertencem a uma associação criminosa especializada na prática do crime popularmente conhecido como “saidinha bancária”. A dupla foi presa no momento em que se preparava para executar um assalto nas proximidades

do Banco Itaú, no bairro do João Paulo, em São Luís.

Carlos Augusto e Carlos André já haviam sido apontados, por meio de diversas denúncias anônimas, como sendo integrantes de uma conhecida facção criminosa que atua no Maranhão. Com eles foi apreendido um revólver calibre 38 com cinco munições intactas.

Um dos criminosos presos estava vestido com uma farda da Companhia Energética do Estado, para não levantar suspeitas.

Ainda de acordo com a Polícia Civil, Carlos Augusto já responde na Justiça maranhense pelos crimes de tráfico de drogas, porte ile-

gal de arma de fogo e roubo majorado, com condenações que somam quase 35 anos de prisão. No entanto, o homem estava usufruindo de liberdade condicional concedida pela 1ª Vara de Execuções Penais no mês de junho deste ano.

Já Carlos André, também é condenado pelo estatuto do desarmamento, mas gozava de prisão domiciliar desde o dia 1º de junho de 2017, por decisão da 2ª Vara de Execuções Penais.

Após análise técnico-jurídica, os homens foram autuados pelo crime de Associação Criminosa, Porte Ilegal de Arma de Fogo e por Integrarem Organização Criminosa.

42 presos não retornam após saída temporária do Dia dos Pais

Dos 588 presos do Maranhão beneficiados com a saída temporária do Dia dos Pais não retornaram e são considerados foragidos da justiça desde à noite de terça-feira (15). A saída foi autorizada pela juíza Ana Maria Almeida, que responde pela 1ª Vara de Execuções Penais da Comarca da Ilha de São Luís (VEP). A portaria determinou a saída às 10h do dia 9 de agosto e o retorno deveria ter sido feito até às 18h de terça-feira (15).

A VEP comunicou a Secretaria de Estado de Segurança Pública, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, a Superintendência de Polícia Rodoviária Federal e as diretorias dos estabelecimentos penais de São Luís para operacionalização das medidas estabelecidas na portaria.

Cabo da PM é preso por integrar quadrilha com atuação em três estados

O cabo Wilson Castro do Nascimento, de 35 anos, o “Wilsão”, lotado no 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM), foi preso, na noite de terça-feira (15), no município de Imperatriz, sudoeste do Maranhão, por suspeita de integrar uma organização criminosa com atuação aqui, no Pará e Tocantins. Ele era procurado pelo assassinato de um empresário em abril deste ano.

Sobre o caso, o delegado regional de Imperatriz, Eduardo Galvão, comunicou que o militar foi capturado por uma equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), sob a coordenação da delegada Nilmar da Gama, que investiga o movimento desta grande “rede” que abrange os três estados da federação. Em desfavor do cabo, explicou

a fonte, havia um mandado de prisão preventiva decretado em virtude da morte de Valdinei Pereira da Silva, o “Ney da Padaria”, executado a tiros em 24 de abril deste ano naquela cidade.

Galvão esclareceu que a vítima foi morta após um desentendimento entre os membros desta grande quadrilha, que, dentre outros crimes, pratica golpes em instituições financeiras no Maranhão, Pará e Tocantins, e também atua em assaltos a bancos na modalidade conhecida como “Novo Cangaço”. Os criminosos interestaduais ainda cometem homicídios nas três regiões.

A morte do empresário: Nei foi executado em um acerto de contas por conta de desentendimento, pois parte do grupo teria achado que o empresário

estaria “passando a perna” nos demais. Como os valores da contabilidade da organização criminosa não estavam “batendo”, apuraram que o dono da padaria retirou dinheiro do cofre do bando, e, por este motivo, o assassinaram, no bairro Conjunto Planalto, em Imperatriz. A mulher dele até se mudou da cidade pouco depois.

Agora, a SHPP, com o apoio da Delegacia Regional de Imperatriz, está procurando os demais integrantes da quadrilha interestadual, que estão foragidos devido à existência de mandados de prisão. Esta organização é responsável por pelo menos 20 homicídios nos últimos meses nos três estados. O cabo da PM preso nesta operação já se encontra encarcerado no quartel do 3º BPM.

Preso no Ipase membro de facção criminosa com 27kg de drogas

A Polícia Civil por meio da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcótico (Senarc), apresentou, na manhã desta quarta-feira (16), suspeito de envolvimento com o tráfico de drogas. Ele foi identificado José Igor Cardoso Diniz, de 23 anos, mais conhecido como “Caverna”.

Durante a ação da Senarc, foram encontrados 25kg de maconha, meio quilo de cocaína e meio quilo de crack. Junto com ele foi também apreendido um revólver calibre 357. A ação policial ocorreu após denúncias anônimas, via aplicativo whatsapp, dando conta que o referido indivíduo era a pessoa responsável por comandar o tráfico de drogas no bairro Ipase.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 17 / 08 / 2017	Página 8	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Senarc apresenta traficante preso com 27 kg de maconha

Na manhã de ontem (16), a Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), prendeu José Igor Cardoso Diniz, 23 anos, conhecido como "Caverna".

Segundo a Senarc, a polícia recebeu denúncias anônimas, via aplicativo WhatsApp, informando que José Igor era o responsável por comandar o tráfico de drogas no bairro Ipase, em São Luís. Após averiguar o caso, a polícia fez a prisão do jovem, o qual foi encontrado em posse de: 25 kg de maconha; 500 gramas de cocaína; 500 gramas de crack; 500 gramas de skunk; três balanças de precisão, além de vários apetrechos utilizados para embalar a droga; e um revólver calibre 357, de uso restrito.

José Igor Cardoso Diniz, que é integrante de uma facção criminosa, foi encaminhado à sede da Senarc, onde foi autuado em flagrante delito pela prática dos crimes de tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Em seguida, ele foi encaminhado ao Centro de Triagem do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde ficará à disposição do Poder Judiciário. Segundo a polícia, José Igor já tinha passagem pela polícia. Em 2014, ele foi detido por porte ilegal de arma de fogo.

Preso acusado de assaltos de transeuntes no Vinhais

Homem acusado de cometer assaltos a transeuntes e residências no Vinhais e outros bairros próximos na capital maranhense foi preso na terça-feira (15) em operação policial. José Valdo Roxo Sousa, de 26 anos, já havia sido preso no início do mês de maio pelos mesmos crimes. Ele é acusado de ser o motorista de uma quadrilha especializada em comer assaltos a residências e pessoas que transitavam pela rua. No momento da prisão José Valdo ainda estava de posse de um aparelho celular da vítima.

José Valdo foi preso novamente em cumprimento de mandado de prisão em operação realizada pela Polícia Civil. Após as formalidades legais, o preso será encaminhado ao complexo de Pedrinhas, onde permanecerá à disposição da justiça.

Acusado de arrombar residências em São Luís é preso

Na terça-feira (15), foram cumpridos 4 mandados de prisão em desfavor de Júlio César Silva Sousa (36 anos), acusado de arrombar residências em São Luís. Ele também cometeu duas tentativas de latrocínios contra vítimas que chegavam às suas residências no momento em que ele estava arrombando. Em uma das ocorrências, ele foi flagrado por imagens de uma câmera de segurança.

PRF-MA registrada uma morte e quatro feridos em acidentes

Uma pessoa morreu, e quatro ficaram feridas em acidentes registrados na terça-feira (15), em rodovias federais que cortam o Maranhão. No total, houve três acidentes, de acordo com o relatório da Polícia Rodoviária Federal (PRF-MA).

O acidente com morte aconteceu no Km 16 da BR-135, por volta das 17h50. Uma colisão seguida de capotamento matou Denilson Santos Tinoco, de 19 anos. O motorista de um Gol, de placa NEM-1688, tentou mudar de faixa e tocou na traseira de um Fiesta, de placa OWS-8058. O Gol perdeu a estabilidade, saiu da pista e capotou. O motorista Henri Germani e um ocupantes ficaram feridos. O jovem Denilson não resistiu, e outro ocupante não sofreu lesões. De acordo com a PRF-MA, o acidente foi motivado pela manobra brusca realizada sem atenção pelo motorista do Gol.

PRF prende acusado de estupro

Uma equipe da Polícia Rodoviária Federal do Maranhão (PRF-MA) prendeu, no fim da tarde de terça-feira (15), após abordagem a um ônibus que fazia a linha Peixoto de Azevedo (MT) para Imperatriz, um homem acusado de estupro. Segundo informações da PRF-MA, após consultas aos sistemas de segurança, foi constatado mandado de prisão em aberto pela comarca de Alta Garças pelo crime de estupro de vulnerável. Ainda de acordo com a polícia rodoviária, o acusado foi preso e conduzido para a Delegacia de Polícia Civil em Porto Franco.



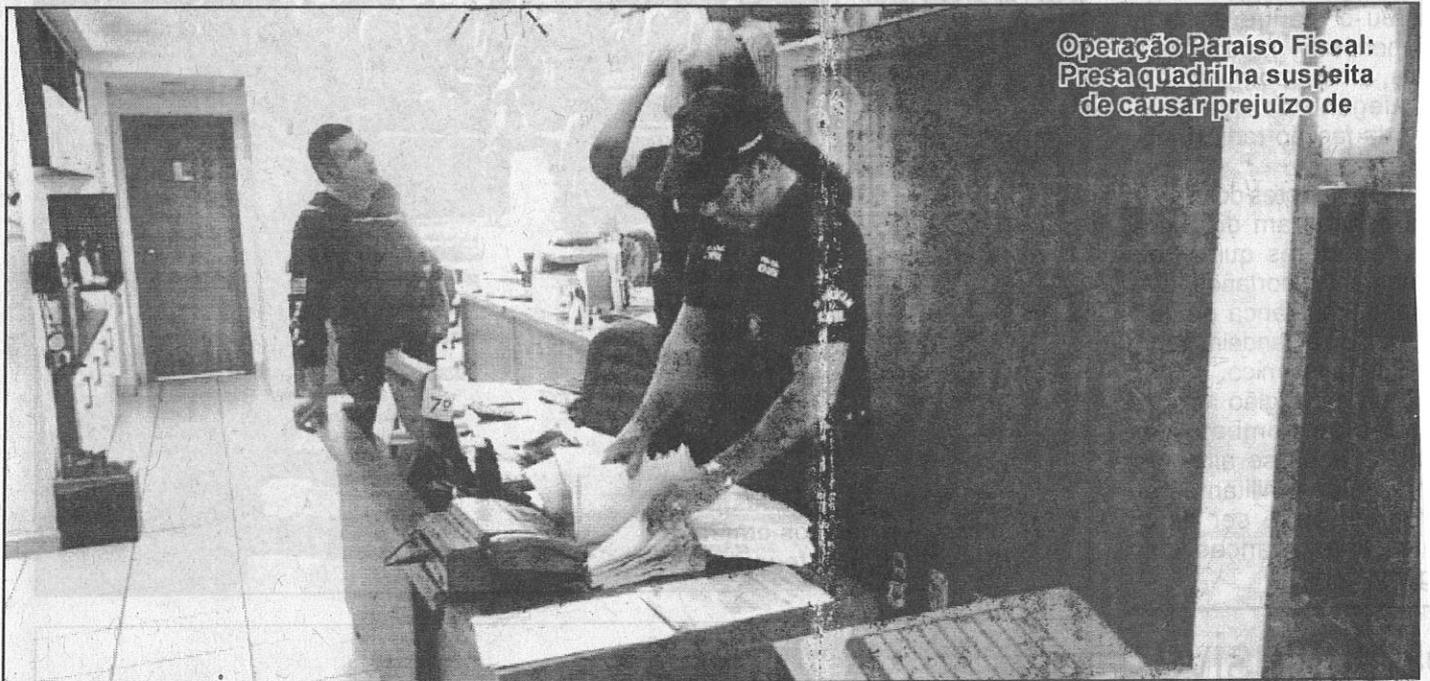
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros
DATA 17 / 08 / 2017	Página 8	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

OPERAÇÃO PARAÍSO FISCAL

Presas quadrilha suspeita de causar prejuízo de mais de R\$ 23 mi ao Estado



Operação Paraíso Fiscal:
Presas quadrilha suspeita
de causar prejuízo de

Uma ação conjunta do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor) e Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) resultou, ontem (16), na prisão de três dos líderes da organização criminosa alvo da 'Operação Paraíso Fiscal'. Paulo Henrique Costa Carrijo, Missias Francelino da Silva e Wemerson Miguel da Silva foram presos em Goiânia-GO. Eles são suspeitos de comandarem esquema fraudulento causou um prejuízo de R\$ 23.235.361 ao Estado do Maranhão.

Outros três mandados de

prisão de líderes da organização criminosa continuam em aberto. Todas as prisões preventivas foram determinadas pelo juiz Ronaldo Maciel, titular da 1ª Vara Criminal Privativa para Processamento e Julgamento dos Crimes de Organização Criminosa da Comarca da Ilha de São Luís, com base em pedido conjunto do Ministério Público e Polícia Civil do Estado do Maranhão.

Em 25 de maio, uma primeira etapa da Operação Paraíso Fiscal havia efetuado as prisões de Nelton Carrijo Gomes e Thaisa Vieira de Moura, além da apreensão de documentos, dois computadores, uma arma e telefones celulares.

FRAUDES

Segundo o Ministério Público do Maranhão, empresas de fachada foram registradas no Maranhão, Pará, Piauí e Bahia e, mediante a emissão de notas fiscais eletrônicas falsas, simulavam a venda de grandes quantidades de soja para a Agropecuária MCD LTDA, registrada no Maranhão e supostamente localizada em São João do Paraíso.

A organização criminosa inseria declarações dos valores devidos do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas notas fiscais frias com o objetivo de gerar créditos tributários falsos em favor da Agropecuária MCD LTDA.

Em seguida, a empresa vendia grãos de milho a empresas de outros estados e com os créditos tributários sonegava o pagamento dos impostos.

A Receita Estadual do Maranhão detectou, entre março de 2014 e novembro de 2016, 828 operações de simulação de compra de soja com as firmas de fachada, totalizando R\$ 176.711.498,00. A Agropecuária MCD realizou 11.561 operações interestaduais de venda de milho, no valor de R\$ 212.935.854,00.

O Gaeco aponta que o esquema fraudulento causou um prejuízo de R\$ 23.235.361,00 ao Estado do Maranhão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 17 / 08 / 2017	Página 8	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Quarenta e dois presos beneficiados com a saída temporária estão foragidos

No feriado do Dia dos Pais de 2017, 588 apenados do Maranhão receberam o benefício da saída temporária. 42 deles ainda não retornaram e estão foragidos desde a noite de terça-feira (15).

A 1ª Vara de Execuções Penais da Comarca da Ilha de São Luís (VEP) publicou portaria na qual autoriza a saída temporária de presos para visita aos familiares em come-

moração ao Dia dos Pais. A lista apresentou 588 nomes de apenados que estão aptos a receber o benefício. A portaria, assinada pela juíza titular Ana Maria Almeida, determina a saída às dez horas da manhã da quarta-feira (9), e o retorno até as 18h da terça-feira (15).

A portaria esclarece que os beneficiados não poderão se ausentar do Maranhão, bem como não

frequentar festa, bares e similares. Os presos estão proibidos de portar arma ou ingerir bebidas alcoólicas, e devem recolher-se às suas casas até as oito da noite. Os dirigentes das unidades prisionais deverão comunicar junto à 1ª Vara de Execuções Penais, até as 12h do dia 15, sobre o retorno dos internos e/ou eventuais alterações. A saída temporária de presos encontra respaldo na Lei 7.210/1984

(Lei de Execuções Penais).

Sobre a saída de presos, a VEP comunicou a Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Superintendência da Polícia Federal, Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, e diretorias dos estabelecimentos penais de São Luís, para operacionalização das medidas estabelecidas na portaria.